



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CPI - LEI ROUANET			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 0006/17	DATA: 08/02/2017	
LOCAL: Plenário 9 das Comissões	INÍCIO: 15h13min	TÉRMINO: 15h25min	PÁGINAS: 6
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO			
SUMÁRIO			
Deliberação de requerimentos.			
OBSERVAÇÕES			



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alberto Fraga) - Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião Ordinária da CPI da Lei Rouanet.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 13ª Reunião. Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura da referida ata.

**O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO** - Peço a dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alberto Fraga) - Dispensada a leitura da ata, a pedido do Deputado Marcos Rogério.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem quera discuti-la, em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Esta reunião foi convocada para deliberação de requerimentos.

Há sobre a mesa requerimento de retirada de pauta:

*Requeiro, nos termos regimentais, a retirada de  
pauta do Requerimento nº 103/2017, de minha autoria.*

*Deputado Domingos Sávio.*

Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Retirado de pauta o requerimento de convite ao Ministro da Cultura, o Sr. Roberto Freire.

Item 1. Requerimento nº 101, de 2017, do Sr. Domingos Sávio, que requer a prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito da Lei Rouanet por 60 dias.

Passa-se à discussão.

Com a palavra o Relator.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Sr. Presidente, vou ser bem objetivo. A nossa Comissão entra agora numa fase decisiva. Para a nossa felicidade, há um ambiente de diálogo interno dos membros, o que nos coloca na direção de concluir a apuração com clareza e objetividade, compartilhando os dados



que o Ministério Público e a Polícia Federal possuem, para que tenhamos condições de dar uma resposta clara à sociedade.

Essa prorrogação é fundamental principalmente para elaborarmos as propostas de aprimoramento da Lei Rouanet e, obviamente, fazemos com que isso promova resultados preventivos que efetivamente contribuam para uma ação em favor da cultura.

Então, é essa a razão de pedirmos a prorrogação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alberto Fraga) - Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 2. Requerimento nº 104, de 2017, do Sr. Domingos Sávio, que requer o compartilhamento do Procedimento Inquérito Policial nº 0001071- 40.2016.403.6181 — quebra de sigilo bancário —, da 3ª Vara Federal Criminal da 1ª Subseção Judiciária de São Paulo, relativo à quebra de sigilo de pessoas ligadas ao Grupo Bellini Cultural.

Para que não façamos uma coisa repetida, queremos que o Ministério Público nos informe de quem foi quebrado o sigilo, a fim de que não façamos a mesma coisa duas vezes.

Com a palavra o Relator.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Sr. Presidente, acredito que V.Exa. já tenha feito os esclarecimentos necessários.

Nós tivemos informação de que essa quebra de sigilo já se deu e de que os dados já estão com o Ministério Público. É fundamental que, o mais rápido possível, a Comissão tenha acesso a esses dados, para que, ao analisá-los, verifique se há conexões que requeiram outros procedimentos para outras quebras de sigilo. O primeiro passo é conhecer o que já existe, para trabalharmos sempre com objetividade, para não ficarmos dando tiro no escuro.

Então, esse compartilhamento é fundamental, Sr. Presidente. Peço aos colegas que o aprovem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alberto Fraga) - Passa-se à discussão.

Com a palavra o Deputado Sóstenes Cavalcante.



**O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE** - Sr. Presidente, nobre Relator, Sras. e Srs. Deputados, creio que o requerimento é justo e oportuno. A CPI não tem a menor necessidade de ficar se debruçando sobre procedimentos de investigação e de quebra de sigilos já feitos pelo Ministério Público e pela Polícia Federal, como neste caso. Acho que isso só agiliza um pouco os trabalhos, haja vista a prorrogação por mais 120 dias, para que o nobre Relator tenha tempo de se debruçar...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alberto Fraga) - A prorrogação é por 60 dias.

**O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE** - É por 60 dias. Desculpe-me.

Assim, o Relator terá tempo de se debruçar sobre o que já temos até aqui, porque o que o Brasil espera é a total celeridade na condução desses assuntos.

Inclusive, Sr. Presidente, acho que temos que conversar com os Líderes de partidos, que, na sua ampla maioria, foram renovados neste início de ano. Caso tenhamos membros desta Comissão que estiveram aqui no ano passado e não tenham mais interesse em continuar, que sejam substituídos, a fim de que possamos ter um Plenário com os devidos Deputados e Deputadas que realmente tenham interesse em passar a cultura do País a limpo.

Essa lei poderia beneficiar tanta gente que tem necessidade e que faz uma cultura séria neste País, mas lamentavelmente, com esse triste episódio, vemos os recursos que poderiam chegar ao pequeno e ao médio produtor cultural serem desperdiçados da forma como foram nesses últimos anos.

Então, faço um apelo para que haja um diálogo com os novos Líderes. Se houver desinteresse — nunca esperamos que haja — de alguns membros nomeados por Líderes no ano passado, que eles sejam substituídos, para que não tenhamos a dificuldade de ficar esperando quórum e as coisas andem de maneira mais ágil.

Esperamos que, nesses 60 dias, possamos realmente dar a resposta que o setor cultural espera de nós, já que a sociedade como um todo viu parte dos seus tributos que deveria ser designada para o incentivo da cultura no País ser totalmente desviada, saqueada, roubada por estruturas de corrupção fora e talvez dentro de Ministérios — ainda precisamos chegar a essa conclusão.



Voto favoravelmente ao requerimento.

Eram essas as minhas palavras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alberto Fraga) - Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aproveito as palavras do Deputado Sóstenes Cavalcante para também expor a minha opinião. Nós temos tido muita dificuldade de conseguir realizar as sessões. É lamentável! Percebemos claramente que os Deputados parecem não ter entendido a grande importância desta CPI. Parece-me que estão totalmente alheios aos problemas.

Podem ter certeza de que nós seremos cobrados, se concluirmos um relatório sem algo novo, sem esclarecer como 15 bilhões foram desviados por meio de renúncia fiscal. Foram desviados 15 bilhões, nos últimos 12 anos, 13 anos. Se nós encerrarmos a CPI de forma melancólica ou até mesmo sem ter um relatório que traga novidade, será lamentável.

Eu também vou fazer esse apelo, Deputado Sóstenes Cavalcante. Eu agradeço a presença de V.Exa., do Deputado Pr. Marco Feliciano, do Deputado Izalci Lucas, que também tem atuado bastante, assim como o Deputado Domingos Sávio.

Não é possível que, neste ano, não consigamos caminhar. Já há material suficiente. É bom que os que estão nos ouvindo e nos vendo saibam disso. O relatório da CGU é muito bem feito, fundamentado, consistente e traz uma matriz de risco para o setor cultural. Isso precisa ser utilizado pelo nosso Relator.

Temos realizado reuniões agora com mais frequência. A Receita Federal e a Polícia Federal estão nos ajudando. Tenho certeza de que, em breve, na próxima reunião da Comissão, nós deveremos ter alguns requerimentos polêmicos. Será preciso que os Deputados realmente venham deliberar. Se nós ficamos nesse sofrimento para alcançar o quórum, imaginem quando houver uma votação polêmica, com os Deputados da Oposição apresentando o *kit* ilegítimo. Realmente vai ficar difícil.



Então, eu agradeço a V.Exa. e também me solidarizo com as suas palavras. Nós temos que continuar insistindo. Se sentirmos que não haverá outro jeito — paciência —, vamos pedir a substituição.

A notícia que me chega é que a Procuradoria acaba de designar, para nos auxiliar como consultora, a Sra. Karen Kahn, que — vamos dizer assim — está trabalhando no assunto. A Delegada da Polícia Federal que vem é a Dra. Melissa, que nós chamamos aqui para ouvi-la. Nós temos condições de fazer um relatório, Deputado Pr. Marco Feliciano, e dizer que a lei não pode continuar como está. Continuar como está é permitir essa bandalheira.

O que mais me deixou impressionado é que, diante dessas notícias de 34 mil processos com graves irregularidades, diante disso, saiu uma portaria, se eu não engano, em 2015, colocando um teto de até 600 mil. Meu Deus do céu, até 600 mil reais sem fiscalização! Pelo amor de Deus! Isso é brincadeira. Isso é dar uma autorização para se desviar dinheiro, para se desviar recurso, para se fazer renúncia fiscal. Isso nós não podemos aceitar.

Eu agradeço aos que vieram.

Na próxima semana, faremos outra convocação. Oportunamente, será conhecido o conteúdo.

Antes de encerrar a reunião, concedo a palavra ao Deputado Pr. Marco Feliciano.

**O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO** - Sr. Presidente, quero apenas corroborar as palavras de V.Exa.

Há poucas horas, a imprensa divulgou que hoje a Polícia Federal indiciou 29 pessoas ligadas ao Grupo Bellini e mais 10 empresas por desvios de cerca de 30 milhões de reais inclusive da Lei Rouanet.

Portanto, a CPI trabalha de cá, a Polícia Federal trabalha de lá. Se nós não fizermos a nossa parte aqui, o outro lado vai fazer a dele, e as pessoas vão sempre dizer que esta Casa começa e não termina, e tudo acaba em pizza.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alberto Fraga) - Acaba em pizza, exatamente. Muito bem lembrado, Deputado.

Portanto, mais 29 pessoas foram indiciadas. Nós temos esse dever, essa obrigação. Os nossos consultores têm o dever de esmiuçar o relatório da CGU e nos



abrir uma luz, nos dar um caminho, porque nós temos que ir até o fim, doa a quem doer. Se disserem *“Ah! mas não pode convocar fulano”*, o voto aqui é que vai decidir. O que nós não podemos é compactuar com esse tipo de coisa.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos. Antes convoco os Srs. Deputados para a próxima reunião ordinária, com data, hora e local a serem informados.

Está encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.